

## **ÉTICA, POLÍTICA E PODER EM MAQUIAVEL\***

*João Carlos Lino Gomes*  
*Fac. Filosofia CES—SJ (BH)*

\* À memória da Prof. Sônia Viegas. Este trabalho baseia-se no cap. III da minha dissertação de mestrado.

**O** pensamento de Maquiavel continua a suscitar problemas para os intérpretes. Vários séculos depois da morte do pensador, uma série de questões abordadas por ele fazem parte, hoje, dos estudos que se dedicam a uma reflexão sobre o político.

Mas é necessário, antes de qualquer apropriação das teses do florentino, compreender como se articula e sobre que bases se ergue seu pensamento. Sem este esforço, corre-se o risco de partilhar das várias interpretações apaixonadas que a obra maquiaveliana suscitou. É no sentido de explicitar alguns pontos importantes desta obra que este artigo se justifica. Para tanto, usando como referência os livros *O Príncipe* e *os Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio (Discorsi)*, exporemos algumas das teses de Maquiavel e mostraremos que, longe de serem contraditórios, estes dois livros se completam.

### ***I. Uma nova concepção da política***

Maquiavel viveu durante a Renascença, em Florença, na Itália, época de rupturas e porta de entrada dos tempos modernos. Seu pensamento distingue-se da concepção greco-medieval do político, estando centrado em novas questões. O problema do

bom governo, tão caro aos gregos e medievais, não mais se apresenta ao pensador florentino, e o poder, como possibilidade da vida associada, é que se apresenta como centro de sua reflexão. Se para Aristóteles, por exemplo, a *polis* antecede aos homens, e estes só se reconhecem como humanos na medida em que estão inseridos nela, Maquiavel, vivendo em uma época em que o indivíduo ganha autonomia, percebe que na ausência de um poder que institua a vida associada, os homens, enquanto átomos isolados, não a constituiriam por vontade própria<sup>1</sup>.

Vê-se, assim, que a propensão para o bem, para a construção da boa sociedade, não está inscrita na natureza humana. Esta, ao contrário, é má, fazendo-se necessária a existência do Estado para coibir os maus instintos do homem. Isto, para Maquiavel, deve ser levado em conta por todo aquele que está no exercício do poder<sup>2</sup>.

Ora, esta visão da natureza humana não se encontra somente n' *O Príncipe*. Não raro, costuma-se utilizar este livro para inscrever Maquiavel entre os defensores da tirania. Mas se lermos os *Comentários*, nos quais o florentino estuda o governo republicano, veremos que suas posições sobre a natureza dos homens não se modificam.

Isto não é difícil de ser compreendido. Para Maquiavel, o campo da política não se apresenta como uno, bem-delimitado, e que só eventualmente assistiria ao surgimento de conflitos que deveriam ser solucionados por quem ocupa o poder. Ao contrário, o pensador vê no conflito o próprio motor da experiência política e, sendo assim, longe de ter acesso a verdades absolutas, quem está à frente do Estado se move num espaço de incertezas<sup>3</sup>. O poder é compreendido como um jogo e implica um conjunto de estratégias e técnicas capazes de assegurar a sua eficácia para coagir a maldade dos homens. Uma sociedade de homens absolutamente altruístas, onde cada um pensasse somente no outro e nunca em si mesmo, estaria fadada à estagnação ou, antes, nem poderia ser pensada como uma sociedade. Maquiavel percebe que é a luta dos homens por suas necessidades, num mundo com diferenças de toda ordem, que exige e justifica a existência do poder e da política.

Sendo assim, o recurso à força faz parte da lógica do poder, e esta questão é fundamental para Maquiavel no livro *O Príncipe*. Mas esta força só deve ser usada para garantir a instituição e a manutenção da vida associada, e a figura do príncipe é importante na medida em que só ele pode usá-la legalmente, impedindo que a sociedade mergulhe na pura violência.

1. MAQUIAVEL, N., *O Príncipe*. São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 31.

2. MAQUIAVEL, N., *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, Editora UNB, 1982, p. 29.

3. MAQUIAVEL, N., *O Príncipe*, op. cit., p. 95.

No entanto, há limites para a ação do príncipe. Vivendo em Florença, cidade rica e de capitalismo nascente, Maquiavel percebe que a vida privada dos homens deve ser respeitada, pois, se isto não acontece, estes vivem sob medo, e o Estado não tem estabilidade. Se o príncipe não puder ser amado, que pelo menos evite ser odiado<sup>4</sup>. Além disso, quanto mais ele puder incentivar os homens a enriquecerem, mais poderoso o Estado se tornará<sup>5</sup>.

Mas a garantia da liberdade e da segurança dos indivíduos não assegura, de uma vez por todas, o poder do príncipe, pois este não extingue a maldade dos homens, só a administra. Por isso o uso da força é uma possibilidade permanente no horizonte da política, sendo que a habilidade e a perspicácia do governante é que indicarão o momento certo de utilizá-la.

A perspicácia e a habilidade do príncipe, unidas ao senso de oportunidade e à audácia, são compreendidas por Maquiavel no conceito de *virtù*. A posse da *virtù* implica a possibilidade da ação eficaz e não deve ser confundida com o exercício da virtude no sentido moral. O conceito de *virtù*, muito comum na Renascença, já aparece nos moralistas romanos, atravessa a Idade Média e os pensadores do humanismo renascentista, ganhando em Maquiavel uma importância e especificidade próprias<sup>6</sup>. Ao conceito de *virtù* opõe-se o de fortuna. Este, também muito comum na Renascença, simboliza, no pensador florentino, o acaso que faz habitar a imprevisibilidade no mundo.

*Virtù* e fortuna, capacidade de ação eficaz e acaso, compõem, assim, o terreno incerto da política. Eles são interdependentes pois, para Maquiavel, metade das coisas que acontecem no mundo são obra da *virtù* e a outra metade da fortuna. Aplicados à experiência política, estes conceitos mostram que esta não é nem um texto que esconde uma verdade a ser decifrada nem o espaço da invenção absoluta. O príncipe que funda ou reconstitui um Estado instaura o poder político, mas a partir dos dados encontrados na própria realidade. Desta forma, não há nenhuma teoria política, construída a priori, que possa ajudá-lo em sua missão.

As reflexões sobre a *virtù* e a fortuna não são, a nosso ver, uma simples curiosidade no pensamento de Maquiavel. Quando ele as introduz no capítulo XXV d'O Príncipe, suas intenções são bem claras. Ele deseja mostrar que os príncipes da Itália não conseguiram se precaver contra as armadilhas da fortuna porque não possuíam a *virtù* necessária. Parece-nos sintomático que o capítulo sobre a fortuna esteja situado exatamente entre o

4. Idem, p. 70.

5. Ibidem, pp. 95/96.

6. SKINNER, Q. *Maquiavel*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 45. Ve: BIGNOTTO, N. *Maquiavel Republicano*. São Paulo, Edições Loyola, 1991, pp. 32-44.

capítulo XXIV, no qual o florentino explica o porquê de os príncipes da Itália terem perdido seus reinados, e o capítulo XXVI, que é o último, no qual o pensador clama por um príncipe para libertar a Itália dos bárbaros.

O despreparo de um príncipe com relação aos movimentos da fortuna fica evidente, segundo Maquiavel, quando este baseia suas ações inteiramente nela. A fortuna, que pode ser extremamente variável, arrasta consigo todo aquele que não souber ligar a ação política às variações impostas pelo acaso. Maquiavel escreve que é "feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder"<sup>7</sup>. Tempos diferentes exigem ações diferentes, e o príncipe de *virtù* age no mundo sem ser arrastado pela fortuna, mas se apropriando do seu movimento.

7. MAQUIAVEL, N., *O Príncipe*, op. cit., p. 104.

Assim, a instauração política perpetrada pelo príncipe não está fundada em nenhum princípio transcendente à arena política. Maquiavel está distante da concepção grega, na qual as leis do mundo humano deviam reproduzir as leis da natureza (*physis*), ou da concepção medieval, no qual o exercício do poder político estava submetido ao poder maior de Deus.

Mas é necessário frisar que *virtù* e fortuna são conceitos muito comuns no universo mental renascentista, o que os torna desprovidos de um caráter especificamente teórico. Mesmo assim, estes elementos são bastante elucidativos no que se refere à questão da instauração política, que deve ser levada a efeito pelo príncipe. Neste momento de instauração, o príncipe não deve se deixar guiar por valores morais, mas por sua *virtù*, sua perspicácia e impetuosidade.

## II. Ética e Política

Mas é importante, para compreender o lugar dos valores morais em Maquiavel, compreender melhor o conceito de natureza humana, já referido por nós, na articulação de seu pensamento. Certamente o florentino não compreende a natureza humana como uma essência, como algo que, se retirado do homem, este deixaria de ser o que é. A maldade dos homens deve ser compreendida como uma característica destes e que se torna fundamental somente quando se refere à esfera política. Para Maquiavel, a natureza perversa dos homens é um dado e está ligado ao fato de que estes homens sempre dominaram uns aos

outros. Sendo assim, a questão da dominação é fundamental no jogo político, fazendo-se necessário desmontar seus mecanismos para melhor compreendê-la. Maquiavel sabe que os homens têm desejos e interesses opostos, sendo preciso uma instância que possa fazer a mediação destes para evitar a dissolução da cidade. Isto fica claro quando o pensador escreve nos *Comentários* que “de fato, a natureza criou os homens com a sede de tudo abraçar e a impotência de atingir todas as coisas. Como o desejo de possuir é mais forte do que a faculdade de adquirir, disto resulta um secreto desgosto pelos que possuem, ao qual se junta o descontentamento por si próprios. Esta é a origem dos seus variados destinos. Uns querem possuir mais, outros temem perder o que já ganharam; daí o atrito e a guerra, que por sua vez provocam a destruição de um império para servir à elevação de outro”<sup>8</sup>.

8. MAQUIAVEL, N., *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, op. cit., p. 122.

Vê-se, nesta citação, que o florentino parte de uma evidência, que são os conflitos nas cidades, para elaborar suas idéias. Fosse os homens seres naturalmente inclinados para a vida em sociedade, não seria necessário existir um Estado.

Podemos compreender, a partir das teses maquiavelianas sobre o conflito entre os homens, a tão famosa ruptura, operada pelo pensador florentino, entre a ética e a política. Sendo os homens naturalmente maus e estando sempre dispostos a dar vazão a sua maldade — mesmo sob o poder do Estado —, o príncipe não tem como se pautar por regras morais na esperança de que elas o orientem na condução dos negócios do Estado.

Desta forma, não é por paixão pela tirania que Maquiavel desvincula a ética da política. Para ele, o campo da política é, por excelência, o lugar da ação, e esta só pode ser julgada por sua eficácia, nunca por sua intenção. É na capacidade de conjugar eficazmente meios e fins que reside a *virtù* do príncipe. Se o objetivo do Estado é possibilitar e garantir a vida humana associada, sendo isto realizado, não se pode condenar as ações de quem está no poder. Tanto no livro *O Príncipe*, no qual Maquiavel reflete sobre o governo monárquico, como nos *Comentários*, no qual o seu objeto é o governo republicano, o elogio da eficácia das ações, em detrimento do seu conteúdo moral, se encontra presente. Nos *Comentários*, por exemplo, Maquiavel escreve que “o legislador sábio, animado pelo desejo exclusivo de servir não aos interesses pessoais, mas aos do público; de trabalhar não em favor dos próprios herdeiros, mas para a pátria comum, não poupará esforços para reter em suas mãos toda a autoridade. E nenhum espírito esclarecido reprovará quem se tenha valido de uma ação extraordinária para instituir um reino

ou uma república. Alguém pode ser acusado pelas ações que cometeu, e justificado pelo resultado destas. E quando o resultado for bom, como no exemplo de Rômulo, a justificação não faltará. Só devem ser reprovadas as ações cuja violência tem por objetivo destruir, em vez de reparar”<sup>9</sup>.

9. Idem, p. 49.

Nesta citação, pode-se constatar que a justificativa dos meios pelos fins, que motivou grande parte dos ataques apaixonados que se fez à obra de Maquiavel, não pode ser usada como um argumento, se deslocada do todo da reflexão do florentino, para acusá-lo de imoral. Maquiavel não aprova, na esfera política, ações cujo motor seja a irracionalidade do príncipe ou o seu desejo tirânico de satisfazer seus próprios interesses.

Mas é um fato que a obra maquiaveliana não está cheia de máximas morais, e nos chocam algumas das sugestões que ele faz ao príncipe. Só que, em nenhum momento d’*O Príncipe* ou dos *Comentários*, Maquiavel sugere que os homens, em outras esferas de suas vidas, devam negligenciar os preceitos morais. É no terreno da política que ele não considera que estes preceitos possam, aprioristicamente, auxiliar um governante no exercício do poder que se efetiva sobre homens em conflito. Enquanto Aristóteles, para citar um exemplo grego, parte da suposição de que os homens têm uma propensão natural para a vida associada e funda sua reflexão na idéia de identidade entre razão e bem, Maquiavel parte de premissas a partir das quais o próprio conceito de razão se modifica. Se na política, como dissemos, o que conta é a eficácia das ações, a razão do governante é a razão calculadora na qual até a boa ação pode ser considerada se, independente de qualquer consideração moral, ela auxiliar na consecução dos objetivos estabelecidos.

Sendo assim, para Maquiavel, a moralidade continua existindo na esfera política como em outras esferas da experiência humana, pois sem um conjunto de regras de conduta os homens simplesmente não se reconheceriam enquanto tais. A questão é que, na política, a moral está submetida aos interesses do poder. Ela já não é algo de fundamental, como para os gregos, e não é através do exercício das virtudes morais que um principado ou mesmo uma república se sustenta. É neste sentido que Ernst Cassirer escreve que “quando se fala do ‘imoralismo’ de Maquiavel, não devemos traduzir o termo no seu sentido moderno. Maquiavel não julga as ações humanas de um ponto de vista para além do bem e do mal. Ele não desprezava a moralidade, mas tinha os homens em muito pouca estima. Se era um cético, o seu ceticismo era mais humano do que filosófico”<sup>10</sup>.

10. CASSIRER, E., *O mito do Estado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 165.

Maquiavel observa como os homens governam e são governados e fala sobre o que vê. Pode-se questionar o seu suposto imoralismo, mas juntamente com ele é necessário questionar a ação concreta dos homens, pois é esta que o pensador quer apreender. Tendo este objetivo, ele não utiliza nenhum sistema metafísico como fundamento de sua visão da política. Para ele, todas as qualidades que os antigos exigiam no homem virtuoso, ao príncipe só servem quando podem ser usadas como estratégia pela qual o soberano finge ter certas virtudes para manter o poder. É nesse sentido que Ernst Cassirer diz que *O Príncipe* se apresenta como um livro técnico e, desta forma, nele não devemos esperar encontrar questões sobre o bem e o mal, mas sim sobre o útil e o inútil para a ação política<sup>11</sup>.

11. Idem, p. 170.

Sem compreender as mudanças na estrutura política européia na época de Maquiavel e as questões levantadas a partir daí no que diz respeito ao poder, é extremamente difícil compreender a separação entre a ética e a política realizada pelo pensador. Se fizermos tábula rasa deste pano de fundo sobre o qual o florentino escreveu, o que fica dele é a imagem de um homem absolutamente cínico e sem princípios morais. Na verdade, na obra maquiaveliana, a política ganha autonomia com relação à ética, para se tornar a própria condição de possibilidade desta. Sem que haja um poder constituído para coibir a violência dos homens e administrar suas desavenças, a ética simplesmente não tem sentido, pois os homens jamais se reconheceriam numa comunidade e certamente se destruiriam por viverem presos à particularidade dos seus desejos.

No entanto, Maquiavel não desconhece o que a tradição do humanismo clássico pensava sobre a moral do príncipe. Segundo Quentin Skinner, os moralistas romanos indicavam quatro virtudes que deveriam compor o caráter do homem virtuoso: a sabedoria, a justiça, a coragem e a temperança. Mas, para além destas virtudes, os moralistas romanos prescreviam um conjunto de qualidades que eram consideradas fundamentais para o exercício da atividade do príncipe, e a principal delas que, conforme Skinner, Cícero assinala em seu livro *A Obrigação Moral*, era a honradez, e o príncipe que possuísse esta qualidade trataria de maneira honrosa os homens em qualquer circunstância, mantendo assim seus bons princípios<sup>12</sup>. Skinner continua sua reflexão mostrando que a honradez era, para Cícero, complementada por mais dois atributos, citados n' *A Obrigação Moral*, que foram investigados mais profundamente por Sêneca. Estes atributos são a magnanimidade e a liberalidade. De maneira geral, os que escreveram livros de conselhos para os príncipes, na Renascença, pautaram-se integralmente por este referencial dos moralistas clássicos<sup>13</sup>.

12. SKINNER, Q., op. cit., p. 60.

13. Idem, p. 61.

Mas Maquiavel não aceita a concepção humanista de que o príncipe, para o exercício do seu poder, tem que possuir necessariamente certas virtudes. Ele não acredita na sobrevivência de um poder fundado em regras morais, num mundo onde os homens não são naturalmente bons. Ao esquecer este fato, quem tiver a obrigação de manter seu domínio sobre os homens estará arruinado num abrir e fechar de olhos. Desta forma, o pensador florentino não só se insurge contra as concepções clássicas sobre a moral principesca, mas, também, contra a ética cristã que submetia o poder do príncipe ao poder de Deus<sup>14</sup>.

14. Ibidem, p. 63.

Neste sentido, Maquiavel fez desabar todo um edifício que se erguia sobre a união da ética com a política. De nada vale a moralidade se ela não pode ser vista sob a ótica utilitária de quem está no poder. Mas Maquiavel sabe que existe uma expectativa com relação à moral do príncipe. Espera-se que ele seja bom, piedoso, etc. Ora, para o florentino, o príncipe não pode fazer tábula rasa desta demanda e, já que ela existe, ele deve saber fingir que possui estas qualidades para agradar os que as exigem dele. Os valores morais, neste caso, não fundam uma prática política, mas são apropriados por uma prática já em curso.

O importante é estarmos atentos para o fato de que Maquiavel não diz simplesmente que o príncipe deve ser cruel, exercendo a crueldade pela simples crueldade. Quem agisse assim, estaria traindo um dos preceitos básicos estabelecidos pelo florentino, que diz ser necessário saber agir de acordo com as circunstâncias. A crueldade só se justifica se as conseqüências de sua prática retornarem como benefício para o Estado. Maquiavel, ao comentar as ações de César Bórgia, escreve que "César Bórgia era considerado cruel e, contudo, sua crueldade havia reerguido a Romanha e conseguido uni-la e conduzi-la à paz e à fé. O que bem considerado, mostrará que ele foi muito mais piedoso do que o povo florentino, o qual, para evitar a pecha de cruel, deixou que Pistóia fosse destruída. Não deve portanto importar ao príncipe a qualificação de cruel para manter os seus súditos unidos e com fé, porque com raras exceções, é ele mais piedoso do que aqueles que por muita clemência deixam acontecer desordens, das quais podem nascer assassinos ou rapinagem"<sup>15</sup>.

15. MAQUIAVEL, N., *O Príncipe*, op. cit., p. 69.

Esta citação d'*O Príncipe* é confirmada pela postura assumida por Maquiavel nos *Comentários*, quando o pensador escreve que "naturalmente, onde não existe a virtude nada se pode esperar de bom; por isso não se pode, em nossos dias, contar com muitos países nos quais reina a corrupção, especialmente com a Itália — embora a França e Espanha estejam longe de escapar a esta

licença generalizada dos costumes. Se nesses países não há tantas desordens quanto na Itália, isto não se deve a suas virtudes — virtudes que em grande parte lhe são estranhas —, mas à presença de um rei cujo pulso mantém a união no Estado e às instituições ainda não corrompidas que lá persistem”<sup>16</sup>.

Vê-se, então, que tanto no Maquiavel que fala dos principados como no republicano, subsiste a idéia de que as virtudes por si mesmas não auxiliam o príncipe no exercício do poder. Também podemos notar que as duas citações anteriores mostram com muita clareza que Maquiavel não exclui simplesmente a moral de todas as esferas da vida humana. O que ele faz é investir contra a concepção de que a política deve se submeter à ética, pois estas duas esferas não se pertencem necessariamente e isto o florentino vê concretamente em sua época. No período em que ele vive — momento conturbado da vida política européia — os jogos políticos, dos quais nosso autor participa enquanto secretário da embaixada, estão fundados numa lógica na qual só o fim a alcançar é que importa, e este fim é a manutenção do Estado. Só que Maquiavel deixa claro que o Estado não tem um fim em si mesmo, e se espera que ele garanta a união e a segurança dos que vivem sob seu domínio.

O príncipe de Maquiavel tem uma função: fundar e preservar o Estado. Sejam quais forem suas ações, elas se justificam na medida em que ele se desincumbir bem desta tarefa. A justificativa dos meios pelos fins, em Maquiavel, não reflete uma concepção cínica do mundo, mas se inscreve nos quadros desta importante tarefa de instauração da ordem política no seio do próprio caos. Se é um fato que os homens vivem em constante conflito e ligados somente aos seus interesses particulares, de nada adianta a referência a valores morais, pois estes estão submetidos à lógica destes interesses. Sobre a questão da moralidade em Maquiavel, J. F. Duvernoy nos diz que “a política está no tempo; o juízo moral está fora do tempo. Não são de modo algum o bem e o mal que estão sujeitos às operações circunstanciadas, é bem mais sua relação com a categoria do político. Há no secretário coisas que ‘valem’ e outras que ‘não valem’, fora das oportunidades da fortuna e das atuações políticas datadas. Mas, então, se é uma relação que é preciso julgar, Maquiavel dela afirma duas coisas. A primeira concerne à aparição da política: é a depravação, dada como histórica, dos costumes humanos que introduz o divórcio entre a política e a ética. A segunda destas afirmações consiste numa valorização do político com relação à infecunda permanência de uma ética impotente”<sup>17</sup>.

16. MAQUIAVEL, N., *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, op. cit., p. 171.

17. DUVERNOY, J. F., *Para conhecer o pensamento de Maquiavel*. Porto Alegre, L&PM, 1984, pp. 202/203.

### III. A racionalização da força e a instituição do estado

A moral do príncipe — e ele sempre terá uma — será dirigida pela situação política, não se constituindo como um ideal universal e abstrato. O príncipe deve distinguir a maneira como se vive da como se deveria viver<sup>18</sup>. Mas mesmo assim, em meio a todo o seu utilitarismo político, Maquiavel reconhece ações que julga criminosas. No capítulo VIII d'*O Príncipe*, ele trata exatamente dos homens que conquistaram o poder através destas ações. No início deste capítulo, o florentino escreve que, além da fortuna ou do valor, existem dois outros caminhos através dos quais um homem pode se tornar um príncipe. Estes são: o exercício absoluto da maldade ou o favor de conterrâneos<sup>19</sup>. Isto posto, Maquiavel opta por tecer comentários sobre a forma criminosa de adquirir o poder. Ele comenta sobre Agátocles Siciliano que se tornou rei de Siracusa através de uma série de atos impiedosos e sobre Oliverotto da Fermo que, ao se apoderar da cidade de Fermo, não hesitou em matar seu próprio tio, além de outras pessoas. Maquiavel chama a atenção para o fato de que homens assim podem conquistar o mando, mas não a glória. Jamais serão celebrados pela história como homens ilustres<sup>20</sup>. Vê-se, assim, que o florentino reconhece a existência de ações que ferem nosso senso moral. O problema, então, está em como adequar a moral à necessidade absoluta de manter o Estado, que nasce justamente porque os homens não têm regras morais inerentes à sua própria natureza.

No final do capítulo VIII, Maquiavel volta a mostrar que a moral deve ser utilizada com vistas à sua utilidade ou não para o Estado. O interessante é que, além de deixar transparecer sua dificuldade de trabalhar com as noções de bom e de mau, ele deixa claro que as crueldades praticadas pelo príncipe devem ter o caráter passageiro, ou seja, o melhor é que elas só tenham lugar no momento de instauração do poder de tal forma que não precisem ser utilizadas constantemente. O exercício do poder não pode ser um constante exercício do terror, e Maquiavel trata desta questão na passagem do capítulo VIII d'*O Príncipe* no qual reflete sobre a dificuldade de se compreender por que alguns príncipes, como por exemplo Agátocles Siciliano, conseguiram manter o poder depois da prática de uma série de crueldades, enquanto outros, também praticando atos cruéis, não conseguiram assegurar seus domínios nem nos tempos de guerra e nem nos tempos de paz. Maquiavel acredita "que isto seja consequência de serem as crueldades mal ou bem praticadas.

18. Namer, G., *Maquiavel ou as origens da sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1982, pp. 36/37.

19. MAQUIAVEL, N., *O Príncipe*, op. cit., 1979, p. 35.

20. Idem, p. 35.

Bem-usadas se podem chamar aquelas (se é que se pode dizer bem do mal) que são feitas, de uma só vez, pela necessidade de prover alguém da própria segurança, e depois são postas à margem, transformando-se o mais possível em vantagem para os súditos. Mal usadas são as que, ainda que a princípio sejam poucas, em vez de extinguirem-se, crescem com o tempo<sup>21</sup>.

21. *Ibidem*, p. 38.

Assim, se o objetivo do príncipe é manter o Estado, ele não pode gerar um clima no qual a insegurança se aposse dos súditos. Se isto acontece, o próprio poder não se encontra seguro, e o governante que não evitar tal problema não estará cumprindo sua missão. Desta forma, a preocupação de Maquiavel em distinguir entre dois príncipes, o que age corretamente e o que não age, é fundamental para questionar a imagem que se criou do florentino como um defensor da crueldade e da tirania. O príncipe que ao praticar atos cruéis consegue manter o estado, demonstra sua capacidade de garantir a ordem política e isto o livra de possíveis acusações quanto aos seus atos anteriores. As crueldades do príncipe devem ser atos de exceção e são justificáveis somente nos momentos de instauração do Estado ou de coação de desordens que ponham em risco a sua preservação. Se se consegue estabelecer uma ordem política bem-estruturada, o uso da crueldade perde sua razão de ser. Mesmo que aquele que detém o poder deva estar sempre pronto para usar a força na manutenção dos seus domínios, isto só deve ser feito em momentos específicos.

Deve, pois, o príncipe, ter domínio sobre sua crueldade, sendo que ela deve ser praticada na perspectiva de um cálculo, uma racionalização que objetiva a eficácia das ações que se desenrolam na cena política. Sem se tornar um tirano, o príncipe eficaz terá a possibilidade de estabelecer um Estado forte que garanta a liberdade e a segurança dos súditos. O domínio sobre o exercício da crueldade implica o reconhecimento dos limites da sua aplicação. As leis, por exemplo, tanto quanto o respeito à vida privada dos súditos — já comentado por nós neste artigo —, não devem ser desconsideradas pelo governante. Só num Estado corrompido, no qual a perversidade dos homens está fora de controle, as leis não subsistem sem a força das armas<sup>22</sup>. O ideal, no entanto, é que haja um equilíbrio no uso das leis e das armas por parte do Estado. Maquiavel escreve que “existem duas formas de se combater: uma pelas leis, outra pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem<sup>23</sup>”. Assim, o príncipe que não souber usar adequadamente a força e as leis, viverá sempre na instabilidade.

22. *Ibidem*, p. 49.

23. *Ibidem*, p. 73.

Mas não nos enganemos. Se n' *O Príncipe* Maquiavel privilegia o uso da força, é porque neste livro ele reflete sobre um momento de exceção na política e tem, como já mostramos, a Itália dividida como referencial para suas reflexões. Já nos *Comentários*, embora não descarte a possibilidade do recurso à força, Maquiavel defende que o respeito às leis é fundamental para o Estado. Ele escreve: "Que se convençam pois os príncipes de que começam a perder o controle sobre o seu império no momento em que desrespeitam as leis e os costumes tradicionais que orientam há muito a vida dos cidadãos. Se, ao perder sua coroa, pudessem perceber como é fácil governar um império quando só se ouve boas resoluções, o pesar sentido pela perda do poder seria bem mais vivo, e estariam prontos a condenar-se a penas ainda mais severas do que as recebidas dos seus súditos; pois é bem mais fácil ser estimado pelos bons do que pelos maus; obedecer às leis do que submetê-las"<sup>24</sup>.

Não há, a nosso ver, contradição entre as posições assumidas por Maquiavel n' *O Príncipe* e nos *Comentários* no que concerne ao respeito às leis por parte do príncipe. Seguramente o florentino era um republicano sem grandes paixões pelo regime monárquico. Este só tem sentido no momento da instauração de um poder unificador. É sintomático que, n' *O Príncipe*, Maquiavel não fale do surgimento de um principado no lugar de uma república estável. Os principados só surgem no lugar de outros ou no lugar da desordem, ou seja, em nenhum momento do livro Maquiavel defende a mudança de um regime republicano bem-constituído para um regime principesco. Se o príncipe governa com poderes extraordinários, é para garantir a existência da vida humana associada. Atingido este objetivo, seguramente o desejo de Maquiavel é que se instale no poder um governo republicano. Embora o texto maquiaveliano não o diga diretamente, é como se o príncipe tivesse o caráter do ditador em Roma. Como se sabe, a ditadura romana era prevista pelas próprias leis da república, com o tempo de duração determinado, durante o qual o ditador, que era designado pelos cônsules, exercia o poder em regime de exceção para enfrentar crises internas e externas<sup>25</sup>. Esta comparação entre o príncipe de Maquiavel e o ditador romano é corroborada pelas análises que o florentino faz no capítulo nono do primeiro livro dos *Comentários*, onde ele trata justamente da fundação de uma república. O pensador inicia este capítulo comentando o assassinato praticado pelo fundador de Roma, Rômulo, contra seu próprio irmão. Segundo o florentino, alguns condenam este tipo de ato, pois pensam que os cidadãos podem seguir-lhe o exemplo e isto deve ser evitado. Maquiavel escreve: "Esta opinião seria bem fundamentada se não se levasse em conta o motivo que condu-

24. MAQUIAVEL, N., *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. op. cit., p. 311.

25. BORNECQUE, H.; MORNET, D., *Roma e os romanos: literatura, história e antiguidades*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária e Editora da USP, 1976, p. 91. Ver também: BOBBIO, N., *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 159/160.

ziu Rômulo àquele homicídio. É por assim dizer uma regra geral a de que as repúblicas e os reinos que não receberam as suas leis de um único legislador, ao serem fundadas ou durante alguma reforma fundamental que se tenha feito, não possam ser bem-organizadas. É necessário que um só homem imprima a forma e o espírito do qual depende a organização do Estado”<sup>26</sup>.

26. MAQUIAVEL, N., *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, op. cit., 1982, p. 49.

Maquiavel, nesta citação, é claro. Para fundar o Estado é necessário um só homem que tenha *virtù* suficiente para instituir, no lugar do caos produzido pela incapacidade de associação natural dos homens, a sociedade política. É a este homem que o pensador clama no último capítulo d'*O Príncipe*. É ele que deveria exercer o poder, em regime extraordinário, de forma a possibilitar a unificação da Itália. Não há, portanto, contradição entre *O Príncipe* e os *Comentários*, e o texto maquiaveliano deixa isto patente.

Mas como o exercício dos poderes de exceção deve ser passageiro, tão logo a ordem seja estabelecida ou restabelecida, o poder deve passar para as mãos de um maior número de pessoas. Maquiavel diz que “um príncipe deve ter bastante sabedoria e virtude para não legar a outrem a autoridade da qual se apossou; de fato, como os homens se inclinam mais ao mal do que ao bem, seu sucessor poderá empregar ambiciosamente o poder do qual o primeiro príncipe só se serviu de maneira virtuosa. Por outro lado, se um só homem é capaz de estabelecer normas para um Estado, este durará bem pouco tempo, se um só homem também continuar a suportar todo o seu peso. Não acontece o mesmo quando a sua guarda é confiada a um grande número de pessoas. E, da mesma forma que um grupo de homens será incapaz de fundar uma instituição, se não lhe reconhecer as vantagens, porque a diversidade de opinião obscurece o seu julgamento, depois que lhe admitam a utilidade, jamais poderão pôr-se de acordo para abandoná-la”<sup>27</sup>.

27. Idem, p. 50.

Vê-se, por esta citação, o caráter provisório do poder do príncipe que, se perpetuado para além do momento da fundação do Estado, torna-se tirania e, seguramente, esta era abominada por Maquiavel. Seu desejo era que um príncipe, possuidor de *virtù*, fundasse o Estado unificado italiano e que, posteriormente, o poder passasse para as mãos do povo que, segundo o florentino, representava o verdadeiro guardião da liberdade<sup>28</sup>.

28. Para uma extensa análise do problema da liberdade em Maquiavel ver: BIGNOTTO, N., *Maquiavel Republicano*. São Paulo, Edições Loyola, 1991.

Endereço do autor:  
Avenida Costa do Marfim, 271/402  
30570 — Belo Horizonte — MG.